

## ÊNFASE DOS PROGRAMAS DE MICROCRÉDITO EM SUSTENTABILIDADE E VIABILIDADE FINANCEIRA: DISTANCIAMENTO DO OBJETIVO SOCIAL DE COMBATE À POBREZA?

[dmcoop2001@yahoo.com.br](mailto:dmcoop2001@yahoo.com.br)

### *Apresentação Oral-Políticas Sociais para o Campo*

**DANIELA MOREIRA CARVALHO<sup>1</sup>; ELAINE APARECIDA ARAUJO<sup>2</sup>;  
GÉRMAN TORRES SALAZAR<sup>3</sup>; ROBERTO DO NASCIMENTO FERREIRA<sup>4</sup>.  
1.UFRGS, PORTO ALEGRE - RS - BRASIL; 2,3,4.UFLA, LAVRAS - MG - BRASIL.**

## **Ênfase dos programas de microcrédito em sustentabilidade e viabilidade financeira: distanciamento do objetivo social de combate à pobreza?**

### **Grupo de Pesquisa: Políticas Sociais no campo**

#### **Resumo**

Microcrédito consiste em um crédito de baixo valor destinado a pequenos negócios mantidos por pessoas de baixa renda sem acesso ou com acesso restrito ao sistema financeiro tradicional. Destina-se ao investimento nas atividades produtivas nesses micro-empresendimentos e é oferecido com o uso de metodologias específicas distintas do crédito tradicional. O microcrédito tem sido considerado, atualmente, uma alternativa eficaz para redução da pobreza no mundo e promoção do desenvolvimento econômico e social através do combate ao desemprego e geração de renda, mostrando-se imbuído de valores sociais que enfatizam o empoderamento das pessoas pobres. No entanto, evidências empíricas têm constatado restrito impacto e penetração da grande maioria das instituições junto às camadas mais pobres da população. Nesse cenário, provedores de recursos e organismos de apoio começaram a cobrar que as instituições de microcrédito, em sua maioria entidades sem finalidades lucrativas, apresentem bons indicadores econômico-financeiros de performance, sob o argumento de que boa performance financeira se converte em resultados sociais efetivos no combate à pobreza. Este artigo teve como propósito analisar, através de literatura existente sobre o setor, algumas implicações para a estrutura e operação das instituições de microcrédito decorrentes da atual ênfase em sustentabilidade e resultados financeiros, bem como para concretização de sua missão social de combate à pobreza. Verificou-se que as instituições de microcrédito tendem a apresentar estruturas mais comerciais e a desviar de sua missão originariamente social à medida que se tornam impregnadas por valores mais estratégicos e racionais materializados na busca por resultados e viabilidade financeira. Assim, há indícios da existência de um conflito ou trade-off entre o objetivo social do microcrédito de alcançar as pessoas pobres em seus empréstimos e serviços e a ênfase em resultados com vistas a assegurar a viabilidade financeira.

**Palavras chave:** Geração de emprego e renda, Redução da pobreza, Microcrédito, Institucionalistas e Welfaristas.

## Abstract

Microcredit is a low amount credit destined to small businesses runned by people with low income rate with none or restricted access to the traditional financial system. It's destined to the investment on productive activities of these small businesses, and it's offered with specific methodologies, different from that used on traditional credit system. Currently, microcredit has been considered as an effective alternative to world's poverty reduction and to economic and social development promotion through actions against unemployment and to improve wealth creation, being fulfilled of social values that emphasize poor people's empowerment. However, empirical evidences have shown limited impact and penetration of the vast majority of institutions on poorest lays of population. In this scenario, resources providers and support organisms started to enforce microcredit institutions, mostly non-profit entites, to have good economic and financial performance indicators, under the argument that good financial performance transform into social effective results on povert reduction process. This article proposed to analyze, through existing literature about the sector, some implications for the structure ant operation of microcredit institutions arising from the current emphasis sustainability and financial results, and for the achievement of its social mission of fighting against poverty. It was found that microcredit institutions tend to present more commercial structures and to deviate from its original social mission as they become impregnated by more strategic and rational values materialized on the pursuit of financial results and viability. Therefore, there are evidences of a conflict or a trade-off between the microcredit's social purpose of reaching poor people in their loans and services, and the emphasis on results in order to ensure financial viability.

**Key-Words:** Generation of employment and income, Poverty reduction, Microcredit, Institutionalists and Welfarists.

## Resumo

Microcrédito consiste em um crédito de baixo valor destinado a pequenos negócios mantidos por pessoas de baixa renda sem acesso ou com acesso restrito ao sistema financeiro tradicional. Destina-se ao investimento nas atividades produtivas nesses micro-empresendimentos e é oferecido com o uso de metodologias específicas distintas do crédito tradicional. O microcrédito tem sido considerado, atualmente, uma alternativa eficaz para redução da pobreza no mundo e promoção do desenvolvimento econômico e social através do combate ao desemprego e geração de renda, mostrando-se imbuído de valores sociais que enfatizam o empoderamento das pessoas pobres. No entanto, evidências empíricas têm constatado restrito impacto e penetração da grande maioria das instituições junto às camadas mais pobres da população. Nesse cenário, provedores de recursos e organismos de apoio começaram a cobrar que as instituições de microcrédito, em sua maioria entidades sem finalidades lucrativas, apresentem bons indicadores econômico-financeiros de performance, sob o argumento de que boa performance financeira se converte em resultados sociais efetivos no combate à pobreza. Este artigo teve como propósito analisar, através de literatura existente sobre o setor, algumas implicações para a estrutura e

operação das instituições de microcrédito decorrentes da atual ênfase em sustentabilidade e resultados financeiros, bem como para concretização de sua missão social de combate à pobreza. Verificou-se que as instituições de microcrédito tendem a apresentar estruturas mais comerciais e a desviar de sua missão originariamente social à medida que se tornam impregnadas por valores mais estratégicos e racionais materializados na busca por resultados e viabilidade financeira. Assim, há indícios da existência de um conflito ou trade-off entre o objetivo social do microcrédito de alcançar as pessoas pobres em seus empréstimos e serviços e a ênfase em resultados com vistas a assegurar a viabilidade financeira.

## 1. Introdução

O microcrédito é um crédito destinado a pequenos negócios de propriedade de pessoas de baixa renda, para investimento nas atividades produtivas e geração de trabalho e renda nesses micro-empresendimentos. Tradicionalmente, o público de baixa renda possui acesso restrito a crédito e outros serviços financeiros no setor bancário tradicional, geralmente por não possuir patrimônio suficiente a ser oferecido como garantia nas operações creditícias nem empreendimentos formalmente registrados. O microcrédito busca atender a esse público, adotando, para isso, metodologias específicas que visam suprir a escassez de garantias e as necessidades diferenciadas dessa clientela. Ele constitui parte de um conjunto mais amplo de serviços financeiros ofertados à população de baixa renda denominado microfinanças.

Nos últimos tempos, o microcrédito tem sido apontado como uma alternativa eficaz para redução da pobreza no mundo (Yunus, 2002) e promoção do desenvolvimento econômico e social através do combate ao desemprego e geração de renda. Ele foi estabelecido no âmbito das políticas institucionais de alívio à pobreza protagonizadas por organismos internacionais, ganhando grande destaque, principalmente, a partir do lançamento da Conferência Global sobre Microcrédito, em 1997, que em seu plano afirma o crédito como um instrumento central no combate à pobreza (Microcredit Summit, 1997).

A despeito do entusiasmo e do grande potencial atribuído ao microcrédito no combate à pobreza e seus males, alguns trabalhos empíricos evidenciam que o microcrédito não exerce impactos tão positivos como se propaga e que possui pequena penetração junto às camadas mais pobres da população (Bhatt e Tang, 2001; Morduch, 1999, 2000 e 2008; Elahi e Danpoulos, 2004; Karnani, 2007; Shetty, 2008; Barone et al., 2002; Nichter et al, 2002).

Diante de tímidos resultados apresentados pelo setor, provedores de recursos e organismos de apoio começam a cobrar que as instituições de microcrédito, em sua maioria entidades sem finalidades lucrativas, apresentem bons indicadores econômico- financeiros de performance. O argumento subjacente a essa postura é de que boa performance financeira se converte em resultados sociais efetivos no combate à pobreza, havendo uma relação de causalidade. Além disso, predomina a idéia de que a boa performance das organizações atrai investimentos de capital privado que são essenciais para aumentar a efetividade do microcrédito e garantir os objetivos sociais de combate à pobreza no longo prazo. Como resultado, do foco em recursos subsidiados e doações, as instituições de microcrédito se tornam cada vez mais voltadas para a busca de sustentabilidade financeira e eficiência operacional, visando assegurar sua auto-suficiência e viabilidade financeira.

O propósito desse artigo é analisar, através de literatura existente sobre o setor, algumas implicações para a estrutura e operação das instituições de microcrédito decorrentes da atual ênfase em eficiência e sustentabilidade, bem como para concretização de sua missão social de combate à pobreza. Especificamente, pretende-se investigar sobre a possível existência de uma nova lógica subjacente às ações das organizações, diferente daquela exclusivamente orientada por valores substantivos de combate às mazelas sociais, presente na origem do microcrédito; e verificar, com base em evidências da literatura, a compatibilidade ou não entre a busca da viabilidade financeira e o alcance da população mais pobre, que é um objetivo eminentemente social.

A questão sobre compatibilidade entre viabilidade e alcance refere-se ao debate sobre a existência ou não de um conflito entre os objetivos sociais de combate à pobreza e a busca de sustentabilidade e eficiência por parte das instituições de microcrédito. Esse debate divide o campo entre welfaristas, que acreditam na incompatibilidade entre esse dois propósitos, e institucionalistas, que acreditam na complementaridade entre o objetivo de combate à pobreza e a ênfase na auto-suficiência, eficiência operacional e em resultados financeiros positivos. Assim, investigar sobre a compatibilidade ou não desses dois propósitos equivale a buscar evidências na literatura que sejam condizentes com a tese welfarista ou com a tese institucionalista.

Inicialmente, proceder-se-á a uma discussão geral focada na busca de algumas respostas para os questionamentos apontados, baseando-se em resultados de trabalhos empíricos e teóricos da literatura sobre microcrédito/microfinanças e buscando explicar características, fatos e concepções teóricas mundialmente presentes e discutidas no setor. Em seguida será lançado um breve olhar sobre o setor microcrédício no Brasil, no intuito de verificar se podem ser apontadas semelhanças e/ou diferenças no microcrédito em nível nacional no que tange aos aspectos analisados.

## **2. Crédito, Microcrédito e Microfinanças**

A palavra crédito é originária do latim *creditu* e significa, em sentido lato, segurança de que alguma coisa é verdadeira, confiança/crença, boa fama/reputação (Ferreira, 1995). Em um sentido econômico restrito, crédito consiste na entrega de valor (mercadoria, serviço ou importância em dinheiro) para pagamento futuro mediante promessa estabelecida (Silva, 1998). Estabelece uma relação de confiança entre duas ou mais partes numa determinada operação e define um instrumento de política de negócios a ser utilizado por uma empresa comercial ou industrial na venda de seus produtos ou por banco comercial, por exemplo, na concessão de empréstimos, financiamentos ou fianças (Silva, 1998).

O crédito carrega um significado profundo, que emerge da confiança, por parte de quem concede, no potencial daquele que o recebe de multiplicar esse valor e assim possibilitar a solvabilidade do montante emprestado. Conceder crédito a uma pessoa é, em essência, acreditar nela (Ventura, 2000)

Entendido como fenômeno econômico, pode-se considerar o crédito como resultado da poupança feita por alguns, que transferem a outros, permitindo-lhes alcançar poder de compra atual e satisfazer suas necessidades de consumo. Caracterizando o sacrifício de alguém em não consumir no presente para que outros o façam, torna-se evidente que os recursos disponibilizados nessas condições podem ser considerados por algum tempo e que terão um custo representado pelos juros requeridos (Securato, 2002).

Ao focalizar a base da pirâmide social e empresarial, o crédito pode ser utilizado como ferramenta de inclusão social, seja através de sua orientação para o consumo ou, de

forma considerada mais nobre, ao prover recursos para atividades produtivas (Zouain e Barone, 2007). O microcrédito e as microfinanças situam-se no âmbito do acesso a crédito e outros serviços financeiros por parte de clientes de baixa renda.

Microfinanças compreendem um conjunto de serviços financeiros (poupança, créditos, seguros etc.), prestados por instituições financeiras ou não, para indivíduos de baixa renda e micro-empresendimentos (formais e informais) excluídos (ou com acesso restrito) ao sistema financeiro tradicional (Nitcher et al, 2002). No âmbito das microfinanças, são combinados mecanismos de mercado, apoio estratégico do Estado e iniciativas comunitárias com o objetivo de estruturar serviços financeiros sustentáveis para a clientela de baixa renda, sejam indivíduos, famílias ou empresas formais e informais (PARENTE,2002).

Segundo Soares e Melo Sobrinho (2008), do total da população mundial considerada carente, mais de 500 milhões são economicamente ativos. São pessoas que ganham a vida trabalhando por conta própria em microempresendimentos (negócios muito pequenos que empregam até cinco pessoas) ou como empregados informais desses pequenos negócios e produzem uma grande variedade de bens e serviços. Mesmo com dinamismo e senso de negócio, esses microempresendentes perdem a oportunidade de crescer com segurança, principalmente por não terem, geralmente, acesso a serviços financeiros adequados. Foi para preencher esta lacuna e atender a esse nicho de mercado que surgiu a indústria microfinanceira, focada na concessão de serviços financeiros especializados a pessoas de baixa renda.

A atividade de microcrédito é comumente entendida como principal atividade do setor de microfinanças pela importância que tem junto às políticas públicas de redução da pobreza e geração de renda (Soares e Melo Sobrinho, 2008). Principalmente no Brasil, a parte mais visível e desenvolvida do complexo conjunto de ferramentas microfinanceiras de geração de renda e combate à pobreza é o microcrédito (Parente, 2002).

Microcrédito consiste em um crédito de baixo valor destinado a pequenos empresendimentos mantidos por pessoas de baixa renda/pobres sem acesso ou com acesso restrito ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado a atividades produtivas e emprega, em sua concessão, uma metodologia específica que envolve grupos solidários e agente de crédito. É concedido por instituições financeiras tradicionais ou não (ONGs-Organizações não governamentais; OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público; SCMS-Sociedades de Crédito ao Microempresendedor, etc) e tem como objetivo gerar trabalho e renda e melhorar condições econômicas e sociais do cliente (adaptado de Barone et al, 2002; Grameen Bank, 2008; Nitcher et al ,2002; Alves e Soares,2004)

Embora os programas de microcrédito apresentem diferenças de um país para outro, existem critérios e características que distinguem o microcrédito (GRAMEEN BANK, 2008). Alguns desses critérios de definição, segundo o Grameen Bank (2008) incluem: tamanho, sendo que os empréstimos são pequenos ou muito pequenos; são empréstimos destinados a microempresendentes pobres; o uso dos recursos, que devem ser empregados na geração de renda e desenvolvimento do microempresendimento; termos e condições flexíveis e adequados às condições locais da comunidade; concedido sem uso de colaterais ou garantias. De forma mais detalhada, Barone et al (2002) e Alves e Soares (2004) mencionam os principais aspectos que caracterizam o microcrédito como uma modalidade específica de crédito e diferenciam-no do crédito tradicional:

- Crédito produtivo: microcrédito está direcionado para determinado segmento da economia, qual seja, o pequeno empresendimento informal. Visa apoiar atividades

produtivas de negócios de pequeno porte, mantidos por pessoas de baixa renda, não se destinando, portanto, ao financiamento do consumo.

- **Crédito orientado:** Um dos aspectos principais que caracterizam o microcrédito como um tipo diferenciado de crédito refere-se ao acompanhamento dos créditos concedidos. Esse acompanhamento é realizado pelo agente de crédito (funcionário da instituição), que é o profissional que desempenha o papel de acompanhar o empreendedor antes, durante e depois de contraído o empréstimo. Ele representa o elo entre a instituição e o tomador de empréstimo, sendo responsável pelo estabelecimento de uma relação de confiança.
- **Sistema de garantias:** A ausência de garantias reais a serem fornecidas pelos microempreendedores para respaldar os empréstimos requer que o microcrédito adote sistemas alternativos de garantias. Destaca-se, nesse caso, o uso do aval ou fiança solidária. O aval solidário consiste na reunião, em geral, de três a cinco pessoas com pequenos negócios e necessidades de crédito, que confiam umas nas outras para formar um grupo solidário, com o objetivo de assumir coletivamente as responsabilidades pelos créditos concedidos a cada um dos componentes do grupo.

O microcrédito é uma alternativa para aqueles microempreendedores que têm acesso restrito a outras fontes de crédito, geralmente, por não possuírem atividade econômica formalmente registrada nem garantias reais a serem oferecidas em empréstimos, e manterem negócios com características aquém daquelas exigidas pelos programas oficiais de financiamento (ALVES e SOARES, 2004).

Os microempreendimentos informais e, de uma forma geral, a população de baixa renda ou pobre possuem características que os tornam pouco atraentes como clientela para o sistema financeiro tradicional no que se refere à concessão de crédito. Fatores como vulnerabilidade econômica do tomador potencial, insuficiência ou ausência de colaterais a serem fornecidos para garantir o crédito e demanda de operações em baixo valor unitário fazem com que as instituições possuam altos custos para atender a essa clientela. Esses custos são incorridos para fazer face aos altos riscos operacionais que esse mercado representa para a instituição. São custos de transação que surgem em decorrência da necessária busca, por parte da instituição, de informações consistentes sobre o potencial prestatário e o seu negócio. Ela busca se amparar em instrumentos jurídicos e burocráticos, visando se resguardar e minimizar os riscos de perda ou inadimplência provenientes do não cumprimento dos termos contratuais.

Nesse sentido, as instituições de microcrédito, através de suas características peculiares e de suas formas de funcionamento específicas (diferentes das instituições do sistema financeiro tradicional), buscam estabelecer laços de confiança com os tomadores no intuito de romper com o ciclo de falta de informação e o conseqüente alto risco operacional representado pelo potencial tomador. Yunus (2002), instituidor do Grameen Bank, a experiência de microcrédito mais conhecida no mundo, coloca a confiança como elemento central no microcrédito. Ao relatar as diferenças do Grameen em relação aos bancos tradicionais, ele afirma: “Recuamos até os fundamentos da relação credor-financiado e construímos uma instituição baseada na confiança mútua, sem a intervenção de nenhum instrumento jurídico”.

### **3. O ideário de combate à pobreza e a questão da sustentabilidade no microcrédito**

O microcrédito se insere no contexto de políticas de alívio da pobreza protagonizadas por organismos internacionais, o que lhe confere uma aura de instrumento com forte geração de impacto sócio-econômico. Ele se estabeleceu como política institucional e ganhou corpo e notoriedade quando, com o apoio do Banco Mundial,

realizou-se, em fevereiro de 1997, a Microcredit Summit Campaign ou Conferência Global sobre Microcrédito que em seu plano afirma o crédito como um instrumento central no combate à pobreza. O conceito de microcrédito lançado pela Microcredit Summit evidencia esse caráter e esse direcionamento do microcrédito. Nessa campanha, definiu-se como microcrédito a oferta de pequenos empréstimos para pessoas pobres para geração de renda através do auto-emprego (Gibbons e Meehan, 1999; Microcredit Summit, 1997). Assim, essa modalidade de crédito é, geralmente, visualizada como uma poderosa arma de combate à pobreza (Microcredit Summit, 1997; Grameen Bank, 2008; Elahi e Danopoulos, 2004).

A despeito do entusiasmo em relação ao microcrédito e da confiança nele depositada como instrumento no combate à pobreza, muitas discussões relacionadas a essa questão dividem o campo microfinanceiro, evidenciando também o ceticismo de alguns autores e estudiosos da área na efetividade do microcrédito na redução/eliminação da pobreza no mundo, principalmente nos países em desenvolvimento. Há descrença de que apenas o fornecimento de serviços financeiros ou de créditos seja suficiente para gerar renda e prover os indivíduos ou famílias com o necessário para retirá-los da pobreza.

De fato, existe um amplo distanciamento entre a realidade e a promessa do microcrédito. A promessa do microcrédito é irresistível – retirar as pessoas da pobreza utilizando suas próprias energias e potencial empreendedor. Porém, o impacto na redução da pobreza através do microcrédito permanece elusivo (Dichter, 2006). Algumas evidências empíricas (Bhatt e Tang, 2001; Morduch, 1999, 2000 e 2008; Elahi e Danopoulos, 2004; Karnani, 2007; Shetty, 2008; Barone et al., 2002; Nichter et al, 2002) têm constatado um tímido poder de penetração da grande maioria das instituições junto às camadas mais pobres da população.

Inevitavelmente, a discussão desemboca na problemática do modo mais apropriado para a concretização desse objetivo, estando em voga nesse debate a questão da existência ou não de conflito (denominado na área como trade-off) entre dois objetivos primordiais: sustentabilidade ou autonomia financeira das organizações de microcrédito (objetivo econômico-financeiro) e alcance aos mais pobres (objetivo social). Embora existam relatos de instituições que conseguiram alcançar os mais pobres com grande autonomia, há um questionamento latente no campo das microfinanças no que se refere à capacidade das instituições de microcrédito de atingir seu objetivo de redução da pobreza, ofertando serviços financeiros às pessoas pobres de forma sustentável e auto-suficiente, sem depender da doação/subsídios do governo ou de terceiros (MAZZUTTI, 2005).

A respeito desse conflito, Gibbons e Meehan (1999) explicam que manter como foco as pessoas pobres demanda que a instituição trabalhe com a concessão de pequenos empréstimos, bem como resultados com dimensões médias reduzidas. Porém, o alcance da auto-suficiência financeira, demanda que se obtenha escala em número de concessões e empréstimos médios expressivamente maiores. Os custos de transação no microcrédito são elevados e, portanto, o custo unitário médio para pequenos empréstimos é maior do que para empréstimos ou operações financeiras maiores. Assim, isso pode significar que servir ao não pobre aumenta a sustentabilidade financeira da instituição, a despeito de reduzir o seu alcance aos mais pobres.

Assim, as discussões sobre o microcrédito e seus objetivos enquanto instrumento de redução de pobreza trazem consigo o debate sobre o trade-off entre foco/alcance da pobreza e independência/sustentabilidade das instituições de microcrédito. Nesse debate, pesquisadores, gestores e estudiosos do tema se aglomeram em duas grandes correntes de pensamento divergentes no que se refere à sustentabilidade financeira das instituições de

microcrédito, ao aparente dilema sustentabilidade versus alcance das camadas mais pobres e quanto à melhor forma de ajudar os pobres através da oferta de serviços financeiros. Essas duas correntes de pensamentos são: institucionalistas e welfaristas (Woller et al, 1999; Morduch, 2000).

Os institucionalistas defendem possibilidade de plena conciliação do objetivo social de combate à pobreza com o aparato institucional de independência financeira. Segundo essa corrente, a auto-sustentabilidade financeira não deve ser tratada como um objetivo *per se*, mas como a maneira mais eficiente de se atingir a meta social de combate à pobreza. Eles consideram que, através da ampliação de escalas (operações de portes significativos), os custos operacionais unitários poderiam ser reduzidos de modo a proporcionar a sustentabilidade ou viabilidade das instituições de microcrédito concomitante ao alcance às camadas mais pobres. Não há, assim, segundo essa abordagem, um trade-off entre sustentabilidade da instituição e alcance dos mais pobres. Esses dois quesitos são, na verdade, complementares.

Nessa perspectiva teórica, o centro da atenção é a instituição de microcrédito, e o sucesso é galgado à medida que ela se torna financeiramente auto-suficiente e independente de subsídios. As instituições devem garantir sua sobrevivência e sustentabilidade através da geração de fundos suficientes provenientes de suas operações ao invés de esperar fundos subsidiados oriundos da comunidade de doadores (Woller et al, 1999).

Verifica-se que sustentabilidade é um conceito recorrente nessa discussão. Assim, faz-se necessário deixar claro o conceito de sustentabilidade utilizado no âmbito do microcrédito. Segundo Kabeer (2006), sustentabilidade é a habilidade da instituição ou do programa de microcrédito de gerar fundos suficientes para cobrir os seus custos. Navajas et al (2000) conceitua sustentabilidade, genericamente, como permanência, que está associada ao aspecto da continuidade no mercado. Desta forma, permanecerá no mercado aquela instituição que for economicamente viável e tiver condições de se auto-sustentar. Ou seja, a sustentabilidade financeira se mostra como a capacidade da instituição cobrir todos os seus custos e permanecer no mercado no longo prazo. Attingir a sustentabilidade financeira é importante para que a instituição permaneça em operação mesmo que todos os subsídios e doações sejam suprimidos.

Enquanto os institucionalistas priorizam a sustentabilidade e o número de clientes atendidos pelas instituições de microcrédito (grandes escalas), a outra corrente, os welfaristas, colocam ênfase na profundidade do alcance aos mais pobres, ou seja, níveis mais profundos de pobreza a serem alcançados. Eles estão menos interessados nos serviços financeiros e bancários por si e mais voltados ao emprego desses serviços como meios para o alívio direto dos efeitos da pobreza mais aguda das famílias e comunidades, mesmo que tais serviços requeiram doações ou recursos subsidiados (Woller et al, 1999).

Diferentemente da vertente institucionalista, os welfaristas acreditam que, no propósito de aliviar a pobreza, a provisão de serviços financeiros e não financeiros deve ser garantida através de recursos subsidiados. A sobrevivência e a sustentabilidade das instituições serão condicionadas e dependentes da obtenção desses recursos em base contínua (Robinson, 2001). Eles argumentam que, se as agências internacionais de desenvolvimento assumiram a responsabilidade de combater a pobreza no mundo, a provisão de recursos financeiros e não-financeiros para os pobres economicamente ativos constitui o único meio de alcançar esse objetivo (Morduch, 1999).

Como ressaltam Woller et al (1999), para os welfaristas não é possível garantir resultados positivos por parte da instituição, através da cobrança de taxas de juros que

cubram todos os custos operacionais e proporcionem sobras ou lucros, e ao mesmo tempo garantir a diminuição da pobreza por meio da concessão de crédito. A motivação por resultados predominará sobre o objetivo social de redução da pobreza caso esses dois objetivos sejam mantidos concomitantemente (Woller et al, 1999).

A esse respeito, Morduch (1999; 2000) considera que a ênfase na redução de custos e lucratividade com vistas a assegurar a sobrevivência e sustentabilidade no longo prazo pode levar a instituição a se desviar de seu verdadeiro propósito, que é prestar serviço e assistência para o combate à pobreza, que constitui primariamente um objetivo social. Conning (1999) acrescenta que uma limitada insistência em recuperação de custos e eliminação de subsídios pode forçar os programas de microcrédito a excluírem tomadores mais pobres de seus portfólios, dado que eles são os mais difíceis de serem atendidos e oneram muito a instituição.

O debate sustentabilidade versus alcance/foco nos mais pobres é polêmico e em seu cerne reside o questionamento fundamental, qual seja, se e em quanto as pessoas muito pobres podem de fato se beneficiar dos programas de microcrédito e em quanto o microcrédito concretiza sua promessa e seus objetivos. Tal debate deve ser entendido e situado no âmbito do questionamento do microcrédito como promotor do empoderamento econômico e social das classes populares, ou seja, como um instrumento de emancipação de tais classes (Dichter, 2006). É nesse sentido que Yunus (2002) considera o crédito como um direito humano, que propicia a igualdade ao possibilitar que pessoas menos favorecidas também participem da economia. Assim, a questão que deve ser analisada é se o microcrédito pode contribuir para remover as restrições que limitam as liberdades individuais e a igualdade, e assim promover o desenvolvimento e emancipação econômica e social do público ao qual se destina.

#### **4. Uma análise da ênfase das instituições de microcrédito em sustentabilidade e eficiência**

Tradicionalmente, o microcrédito tem sido altamente dependente da provisão de recursos financeiros subsidiados, recursos esses que constituem os principais meios que as organizações possuem para disponibilizar essa modalidade de crédito e assim buscar a promoção do objetivo de redução da pobreza (Khan, 2008). No entanto, a partir dos anos 90, doadores e outros provedores de recursos começaram a enfatizar e cobrar resultados financeiros positivos e sustentabilidade das instituições microfinanceiras (Robinson, 2001). Esse requerimento também vem de agências multilaterais que fornecem suporte e recursos ao microcrédito, como por exemplo, o CGAP (Grupo Consultivo para a Assistência aos Pobres), que passam a condicionar a concessão de empréstimos ao alcance, por parte das instituições, de parâmetros específicos de performance e sustentabilidade (Conning, 1999). A idéia subjacente a essa nova postura é de que a boa performance das organizações microfinanceiras atrai investimentos privados que são essenciais para garantir os objetivos sociais de combate à pobreza no longo prazo e aumentar a efetividade do microcrédito.

A mudança de postura de provedores de recursos e dos organismos multilaterais, bem como outros desafios impostos pelas condições ambientais que circundam o setor, contribuiu para um aumento de competição entre as instituições de microcrédito. Essas novas condições têm exercido considerável impacto sobre as operações das instituições de microcrédito, impulsionando-as a buscar outros negócios, novos clientes e alternativas para aumentar resultados, ênfase no controle de custos, serviços aos clientes, criação e inovação em produtos (Khan, 2008). Taxas de juros competitivas, baixos custos, introdução de

novos produtos e serviços financeiros, como poupanças, seguros, etc. são algumas das novas práticas que passam a reinar no universo das microfinanças.

Como ressalta Christen (2001) ao resumir essa problemática, as instituições microfinanceiras estão em processo de comercialização, cujas características essenciais são maior regulamentação, maior orientação para o lucro e maior competição. Organismos internacionais estão encorajando e/ou requerendo a participação de organizações não-governamentais nesse processo, enquanto a percepção geral de instituições de microcrédito como um negócio lucrativo cresce a largos passos.

Para autores como Khan (2008), Johnson et al (1999), Hermes et al (2008) e outros houve uma mudança de paradigma no âmbito das microfinanças. Johnson et al (1999) consideram que essas transformações têm alcançado as entidades microfinanceiras sem finalidades lucrativas<sup>1</sup> e também todo setor formado por organizações sem orientação para o lucro, caracterizando um movimento em direção à gestão e avaliação por resultados.

Segundo Johnson et al (1999) ocorre um movimento geral de racionalização, caracterizado pela aplicação de técnicas e princípios de negócios em práticas de organizações não lucrativas. Os princípios de racionalização têm sido aplicados em organizações não lucrativas com o mesmo vigor em que aparecem no mundo dos negócios lucrativos. O objetivo fundamental é minimizar custos enquanto maximiza resultados. Assim, presume-se que os programas ou instituições que demonstram alto grau de racionalização também apresentarão resultados efetivos e bem avaliados.

Alves (2002) analisa essa questão sob a ótica da racionalidade existente nas organizações lucrativas e não lucrativas, utilizando-se do referencial de Weber (1964) e Ramos (1989). O autor considera que as organizações sem fins lucrativos têm sido cortejadas por apresentarem uma racionalidade substantiva, em que a ação social dos indivíduos atuantes é motivada pela crença consciente em valores (éticos, religiosos ou de qualquer outra forma de manifestação), sem relação alguma a resultados. Nessa perspectiva, essas organizações teriam suas ações fundamentadas, principalmente, em conceitos de solidariedade e atuariam em estruturas consideradas menos formais que as organizações com finalidade lucrativa. As entidades de microcrédito, que constituem objeto de discussão nesse trabalho, seriam motivadas por valores eminentemente sociais de combate à pobreza, sem maiores preocupações com eficiência ou sustentabilidade financeira. Ou seja, o ideário welfarista de combate à pobreza nas microfinanças seria predominante.

No entanto, Alves (2002) contesta essa crença de muitos autores de que a racionalidade subjacente à atuação das organizações sem fins lucrativos seja uma racionalidade substantiva ou por valores, no sentido de Weber (1964) e Ramos (1989). Para ele, o terceiro setor constitui um espaço onde existem várias motivações para a ação, inclusive a racionalidade instrumental. A racionalidade instrumental é característica das ações que se orientam pelos fins, de forma consciente, calculada e deliberada. Os fins são racionalmente ponderados, avaliados e escolhidos, servindo de orientação. As condições ou meios são determinados de forma a se adequarem aos fins a serem perseguidos (Weber, 1964 apud Alves, 2002).

Existem, provavelmente, organizações sem fins lucrativos cujas ações são motivadas pela racionalidade substantiva. No entanto, isso não significa que elas sejam

---

<sup>1</sup> Ressalte-se que a principal configuração institucional existente no setor microfinanceiro refere-se a entidades sem finalidade lucrativa (ONGs, fundos públicos etc.), embora o número de instituições com fins lucrativos tenha crescido expressivamente nos últimos anos (Soares e Melo Sobrinho, 2008).

sempre assim e que todas agem por motivações substantivas. Na verdade, a racionalidade instrumental e os outros tipos weberianos de racionalidade podem ser percebidos nesse universo de organizações. Especificamente, nas organizações de microcrédito, o que se vê é um crescimento da lógica instrumental à medida que elas perfazem esse movimento de busca de sustentabilidade, eficiência, resultados, adotando práticas de comercialização, conforme evidenciado anteriormente.

A organização moderna ou burocrática surge como uma expressão da racionalidade instrumental no contexto organizacional. Essa racionalidade constitui um ponto-chave da burocracia qualificada por Weber (Tragtenberg, 1992). Burocracia seria igual à organização: um sistema em que a divisão de trabalho se dá racionalmente com vistas a determinados fins. Na organização burocrática, o triunfo do racionalismo é evidenciado pela total exclusão de valores e emoções humanas na sociedade e nas unidades organizacionais, que são regidas por leis científicas. O conhecimento racional e a técnica seriam privilegiados sobre a emoção e valores humanos. Esse processo de dominação racional tentaria eliminar da vida organizacional todos os elementos humanos e emocionais, levando a burocracia a funcionar com base no formalismo impessoal e na eficiência tipo máquina (Weber, 2000 apud Medeiros, 2004).

O modelo burocrático surge no século XIX e passa a predominar como forma de organização, contribuindo amplamente para a expansão e consolidação do capitalismo, (Tragtenberg, 1992). No entanto, na atualidade, são evidentes as ineficiências e disfunções da burocracia, bem como crescem as discussões sobre a manifestação de novas formas organizacionais que representariam a operacionalização de modos de racionalidade diferentes daquele descrito como Weber como típico do modelo burocrático (Clegg, 1990 apud Dellagnelo e Machado-da-Silva, 2000). As novas formas organizacionais correspondem às organizações pós-burocráticas ou pós-modernas e seriam comprometidas com valores distintos daqueles preconizados nas burocracias, como autonomia, empoderamento, emancipação do ser humano, flexibilidade, trabalho em equipes.

Ao tomar por base os valores que orientam as organizações sem fins lucrativos, elas poderiam ser entendidas como novas formas organizacionais que, na visão de muitos autores, possuem características eminentemente distintas daquelas das burocracias, principalmente no que tange à racionalidade que direciona suas ações, cuja lógica seria substantiva e não utilitária, prevalecendo o comprometimento com o ser humano em sua plenitude e com valores emancipatórios.

Como esclarecem Diniz e Mattos (2002), as organizações sem fins lucrativos são diferentes das outras organizações integrantes do setor privado porque elas são orientadas por valores incorporados e vividos por pessoas que acreditam e lutam por transformação no contexto mundial. Os valores encarnados por essas organizações são múltiplos e variados, incluindo: altruísmo, compaixão, sensibilidade e solidariedade. Elas crêem principalmente no valor da solidariedade, em que todos têm compromissos não apenas com suas próprias vidas, mas também em relação ao próximo e às populações menos favorecidas (Diniz e Matos, 2002).

As organizações de microcrédito, em sua maioria configuradas sob a modalidade de atuação não lucrativa – comprometidas com o combate à pobreza e seus males, buscando promover a emancipação e liberdade dos pobres através da concessão de crédito que possibilita a participação dessas pessoas na economia (Yunus, 2002) - poderiam ser citadas como exemplos dessa substantividade que é considerada presente nesse setor não lucrativo. No entanto, o processo de transformação que está sofrendo o setor microfinanceiro de uma maneira geral parece estar conduzindo as organizações de microcrédito para uma lógica

cada vez mais instrumental e utilitarista, calcada na busca de resultados monetários, sustentabilidade e eficiência, parâmetros típicos das organizações privadas e das burocracias. Essa lógica que irrompe no setor de microfinanças tende a torná-lo semelhante ao setor financeiro tradicional, onde prevalecem os imperativos de mercado.

Associada à discussão sobre as evidências escassas de que o microcrédito constitua instrumento poderoso para combater a pobreza (como apregoado por muitos e mencionado anteriormente), está outra grande discussão em voga na atualidade, qual seja a de que sustentabilidade e eficiência financeira das organizações acontecem à custa de uma redução no alcance às pessoas mais pobres (Hermes et al, 2008). Cresce o número de trabalhos com evidências empíricas (Hermes et al, 2008; Cull et al, 2007; Olivares-Polanco, 2005; Navajas et al, 2000) que indicam a existência do já mencionado trade-off entre sustentabilidade e alcance das pessoas mais pobres. À medida que as instituições de microcrédito focam a sustentabilidade e eficiência, aumentam as suas limitações em alcançar a potencial clientela mais pobre, o que constitui objetivo original do microcrédito e confere a ele esse suposto poder de transformação econômica e social. Assim, como conclui Olivares-Polanco (2005), a impregnação de valores comerciais e de mercado no microcrédito pode levar a um desvio de sua missão social ao invés de contribuir para a concretização de seus objetivos, como crêem aqueles que advogam pela sustentabilidade.

Tendo em vista que as entidades de microcrédito são, em sua maioria, sem finalidades lucrativas, pode-se dizer que essa problemática acima evidenciada é consoante com o que Diniz e Mattos (2002) caracterizam como um processo de ajustes organizacionais que as organizações não governamentais vivenciam visando garantir sua sobrevivência institucional, e que tem reflexos na estrutura e prática administrativa. Segundo os autores, esses ajustes ocorrem dentro de uma lógica imposta pelas regras de mercado e podem levar a uma transição ideológica dessas organizações, do conceito de gestão social, para o conceito de gestão estratégica, tornando-as cada vez mais funcionais. Essa transição pode gerar uma desfiguração de seu caráter original e da missão institucional (Diniz e Mattos, 2002). Conforme acima explanado, isso é o que tem acontecido com as instituições de microcrédito, à medida que intensificam a busca pela eficiência e sustentabilidade.

Ao trabalharem no alcance de bons indicadores de performance e resultados positivos, as instituições de microcrédito pretendem evidenciar a sua legitimidade perante a comunidade doadora e a sociedade em geral, provar que estão contribuindo para a sociedade e que a sua existência não constitui apenas despesa para os seus stakeholders (Khan, 2008). Para garantir sua sobrevivência em um ambiente mutável, as organizações podem incorporar normas, valores, regras culturais existentes em um setor ou na sociedade como um todo (DiMaggio e Powell, 2005). Assim, com intuito de provar para outras organizações das quais depende (suporte financeiro e não financeiro, sociedade em geral) que sua existência é legítima e benéfica e assim garantir sua sobrevivência no longo prazo, muitas instituições de microcrédito incorporam quesitos de eficiência e comercialização, adotando uma lógica de mercado e aproximando-se, em termos valorativos, de instituições com objetivos lucrativos (Khan, 2008).

Para Johnson et al (1999), princípios de avaliação com base em resultados e racionalização estão se disseminando amplamente pelo setor não privado, através de um processo de isomorfismo institucional. Esses princípios estão alcançando também as organizações que concedem microcrédito, pressionando-as para que se adaptem e adotem a nova lógica e os novos valores. O isomorfismo institucional prevê que as organizações dentro de um mesmo campo se tornarão cada vez mais similares umas às outras à medida

que respondem a pressões de outras instituições em outros campos para adotarem suas normas, valores e políticas (DiMaggio e Powell, 2005).

Portanto, conforme evidenciado nessa seção, existem indícios de que o setor microfinanceiro tem passado por algumas transformações e especificamente, as instituições de microcrédito estão se ajustando a novas condições, apresentando um direcionamento focado em sustentabilidade, eficiência e resultados. Por outro lado, há também indícios de que esse posicionamento pode levar essas instituições a se desviarem de seu propósito original de combate à pobreza, uma vez que evidências apontam para o fato de que à medida que buscam boas performances em termos de desempenho e viabilidade (sustentabilidade, eficiência), as instituições de microcrédito se tornam menos propensas e com menores condições de alcançar a população mais pobre. Como afirmam Pereira e Crocco (2004), a preocupação com a viabilidade financeira do programa de microcrédito limita sua ação enquanto mecanismo de combate à pobreza. Isso ocorre devido ao fato de este enfoque direcionar a oferta de crédito para empreendedores consolidados e com maior poder de sucesso, desconsiderando o público mais vulnerável.

Por fim, essas transformações pelas quais passam as instituições de microcrédito parecem imputar uma nova lógica no setor, a lógica de mercado. As instituições podem se tornar mais funcionais e instrumentais, num processo isomórfico de busca de eficiência, em que pese a predominância da gestão estratégica sobre os valores e o ideário social.

## 5. Sustentabilidade e alcance do microcrédito no Brasil

A situação do microcrédito no Brasil é muito desfavorável se comparada, principalmente, a países de perfil similar, a exemplo países em desenvolvimento no mundo e, em especial, na América Latina. A tomar como base os indicadores de taxa de penetração do microcrédito na potencial clientela demandante, a oferta efetiva e a demanda potencial de microcrédito no país, os resultados são desanimadores, nas palavras de Zouain e Barone (2007). Alves e Soares (2004) estimam que existam, no Brasil, quase 14 milhões de pequenas unidades produtivas, potenciais demandantes de microcrédito, a grande maioria delas formada por trabalhadores por conta própria, dos quais se deduz haver algo como seis milhões de clientes exercendo demanda efetiva. No entanto, a oferta de microcrédito, mesmo com o crescimento expressivo do número de entidades que operam com microcrédito após o plano Real, só atende 2% da demanda (Nichter et al, 2002).

Mesmo considerando um crescimento diferenciado na região nordeste, o desenvolvimento do microcrédito no Brasil é muito pouco significativo, principalmente diante de outros países em condições e perfis de renda similares. Contraditoriamente, o país conta com diversos elementos que o credenciam a possuir um setor microfinanceiro altamente desenvolvido (Amaral, 2005; Goldmark et al, 2001). Alguns desses elementos, segundo Amaral (2005) são: população numerosa; existência de um expressivo segmento de pequenos empreendimentos no setor de baixa renda; permanência de grandes desigualdades sociais e de altos níveis de desemprego e de informalidade na economia, existência de um setor bancário cuja oferta de serviços direciona-se aos segmentos de maior poder aquisitivo, gerando importantes déficits de atendimentos nos segmentos de menor renda e nas localidades mais pobres do país.

Diversos fatores ajudam a explicar a baixa penetração das microfinanças no Brasil. Os mais evidentes desses fatores relacionam-se com as debilidades do setor microfinanceiro, com a ausência de uma política pública consistente e integrada de fomento ao setor e com a permanência de um ambiente legal restritivo à atuação das microfinanças, em particular no tocante ao oferecimento de produtos financeiros não

creditícios (AMARAL, 2005). Outros fatores também podem ser mencionados como empecilhos ao crescimento das microfinanças: alternativas de financiamento fora do sistema bancário que, apesar de serem, muitas vezes caras e inadequadas, são utilizadas e atendem, em parte, as necessidades de financiamento dos pequenos empreendimentos (crédito de fornecedores, empréstimos de financeiras, crédito direto ao consumidor); resistência sócio-cultural ao crédito e conotação negativa da atividade financeira.

Nichter et al (2002) ressaltam também o ambiente macroeconômico do país como um fator que se apresenta como desafio para o setor microfinanceiro. A hiperinflação, presente por um longo tempo no país, as altas taxas de juros e as constantes instabilidades econômicas afetaram tanto a demanda quanto a oferta de produtos microfinanceiros. Como ressaltam Barone et al (2002), a indústria de microfinanças no Brasil até 1994 era praticamente inexistente, sendo que sua emergência só aconteceu após a estabilização macroeconômica.

No que se refere ao ambiente legal, iniciou-se, nos anos 90, a construção de um marco jurídico e regulatório para o microcrédito e as microfinanças no Brasil, destacando-se iniciativas importantes, como a instituição da Lei 9.790/99 (a chamada lei do terceiro setor), que inclui o microcrédito como uma das finalidades das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs); a não sujeição das OSCIPs à lei da usura; e a criação da Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM), uma nova entidade jurídica criada pelo Conselho Monetário Nacional, que regulamenta a participação da iniciativa privada nas microfinanças.

Mais recentemente, o atual governo tem implementado algumas ações regulamentares relevantes no setor microfinanceiro como parte de políticas públicas de bancarização e disponibilização de serviços financeiros à população de baixa renda. Essas iniciativas se agregam e contribuem para a construção do marco legal das microfinanças e do microcrédito, bem como para discussões e busca de caminhos efetivos para o setor. Nesse sentido, destaque-se advento do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, pela instituição da Lei nº 11.110 de 25 de abril de 2005, por meio do qual são destinados às instituições de microcrédito recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e parcela dos recursos de depósitos à vista dos bancos comerciais (Brasil, 2005).

As iniciativas acima mencionadas contribuíram para alavancar o interesse de organismos diversos e as discussões acerca do microcrédito no país. No entanto, a despeito dos incentivos decorrentes da estabilização econômica, das políticas públicas de acesso ao crédito e do entusiasmo e esperança de muitos em relação ao seu suposto potencial, muito ainda precisa ser feito para que o microcrédito no Brasil seja um efetivo instrumento de combate à pobreza, objetivo ao qual ele se propõe.

Como resume Coelho (2006), o Brasil tem um longo percurso a trilhar em termos de estruturação das organizações, avaliação de seu impacto e aparato regulatório. Recente estudo realizado pelo Economist Intelligence Unit (2007) investigou três aspectos básicos das microfinanças em todos os países da América Latina: estrutura regulatória, clima de investimento e desenvolvimento institucional. Os resultados mostraram que o Brasil é um dos piores países da América Latina no que se refere a esses fatores. Além disso, as próprias condições sócio-econômicas do país evidenciam o trabalho ainda a ser realizado em relação à pobreza e desigualdade social. Como ressaltam Zouain e Barone (2007), mais de ¼ da população vive abaixo da linha de pobreza no país e o crescimento da informalidade nos grandes centros urbanos é assustador.

Os dados evidenciados anteriormente fornecem indícios de que o alcance do microcrédito às pessoas mais pobres também seja ínfimo em decorrência do próprio baixo desenvolvimento do setor no Brasil. Acrescente-se a isso o fato de muitas instituições não focarem os mais pobres dentre os pobres, como mostra Mazzutti (2005). Farranha (2006) reforça que a questão do emprego gerado a partir do microcrédito como combate à pobreza ainda permanece como desafio para o atual governo. Para a autora, a própria concepção do PNMPO (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado) não faz mediações que permitam uma inserção mais direta do programa nas camadas mais pobres e ele parece não estar articulado com programas de transferência de renda, por exemplo, o Bolsa-família. Nem mesmo a prática de subsídios foi suficiente para as instituições de microcrédito brasileiras atingirem as pessoas mais pobres (profundidade do alcance) nem atenderem um elevado número de pessoas relativamente pobres (amplitude do alcance) (Mazzutti, 2005). Seria, portanto, exagero, falar em alcance ou superação da pobreza a partir dessas iniciativas.

Por seu turno, a sustentabilidade das instituições também não mostra resultados muito positivos. Na verdade, as instituições de microcrédito/microfinanças brasileiras, em sua maioria ONGs e OSCIPs, são pequenas e frágeis, sendo que poucas atingem sustentabilidade ou autonomia operacional e financeira (Goldmark et al, 2001; Barone et al, 2002; Carneiro et al, 2004; Mazzutti, 2005). Algumas exceções são representadas por casos isolados, como o Crediamigo do Banco do Nordeste, que, segundo Neri (2008), além de alcançar sustentabilidade consegue conciliá-la com o objetivo de combate à pobreza através do alcance aos mais pobres.

Embora muitas instituições de microcrédito brasileiras não alcancem a sustentabilidade financeira, isso não significa que ela não seja um objetivo das instituições do setor, de uma maneira geral. Na verdade, os diversos organismos governamentais e de apoio do setor microfinanceiro têm estimulado e exigido que as instituições alcancem escalas de operação e se tornem auto-sustentáveis. Isso é explícito quando se analisa, principalmente, as discussões em eventos e publicações do setor (por exemplo, Moreno, 2007; Pereira, 2007; Brito, 2008; Soares e Melo Sobrinho, 2008; Fachini, 2005; Carneiro et al, 2004;) em que estudiosos, gestores, acadêmicos colocam eficiência, redução de custos e sustentabilidade como condições básicas de sobrevivência das instituições de microcrédito (ONGs e OSCIPs, principalmente) e concretização de seus objetivos sociais. O assunto tem merecido cada vez mais a atenção de especialistas do setor.

Os doadores multilaterais que fornecem recursos para as instituições de microcrédito estão se tornando mais criteriosos, focando regiões específicas e exigindo critérios de desempenho por parte da instituição que recebe os recursos (Laude, 2008). O autor também menciona o crescimento do interesse de detentores de capital privado em relação às microfinanças/microcrédito. Além disso, influenciado pelos organismos internacionais, políticas públicas específicas e aumento da divulgação, observa-se um aumento do interesse do setor financeiro tradicional (bancos, financeiras, companhias de seguro) em atuar, direta ou indiretamente, com microcrédito/microfinanças.

Todos os fatores acima mencionados fornecem estímulos e/ou requerimentos de maior foco em resultados, eficiência e sustentabilidade por parte das instituições de microcrédito no Brasil. A exemplo do que tem ocorrido no cenário internacional no setor microfinanceiro, pode-se dizer que também no Brasil as instituições de microcrédito estão se orientando por uma lógica de mercado cada vez mais racional, aparentemente igualmente embasada na ideologia da vertente institucionalista de microfinanças. Farranha (2006) afirma que no Brasil as políticas de crédito voltadas para os pobres

seguem seu próprio rumo, muitas vezes, ao sabor de um conjunto de políticas em que o mercado é o *locus* privilegiado de exercício da cidadania.

A literatura existente no Brasil relacionada às temáticas sobre impacto do microcrédito, sustentabilidade das instituições e foco/alcance da pobreza ainda é muito escassa. Acredita-se que isso se deve à própria pouca idade das discussões relacionadas ao microcrédito no Brasil, que começaram a florescer no final da década de 90. Alguns poucos trabalhos existentes (Pereira e Crocco, 2004; Costa, 2001) apontam para a existência de um trade-off entre sustentabilidade e alcance. Como mostram claramente Pereira e Crocco (2004), a preocupação com a viabilidade financeira do programa de microcrédito limita sua ação enquanto mecanismo de combate à pobreza, uma vez que a seleção dos clientes com vistas a apresentar melhor desempenho financeiro dificulta ou impede que as instituições cheguem aos mais pobres. No entanto, outros trabalhos que investigaram o tema, a exemplo de Mazzutti (2005), evidenciam indefinição em relação a esse dilema nas instituições.

Deste modo, as instituições de microcrédito brasileiras, de modo similar a diversas outras entidades de microcrédito no mundo, também têm passado por transformações que impregnam a elas valores de mercado, em que sua atenção e suas ações recaem na busca de viabilidade financeira, prezando princípios eficiência, redução de custos, aumentos de escalas. Embora existam alguns indícios que apontem que a preocupação com esses quesitos estratégicos leva ao desvio do objetivo de combate à pobreza, diante das poucas evidências empíricas ainda é cedo para afirmar que isso realmente esteja ocorrendo, ou seja, que a gestão estratégica voltada para resultados econômico-financeiros limita/prejudica a concretização dos objetivos sociais.

## 6. Considerações Finais

O microcrédito é amplamente considerado como um instrumento de combate à pobreza e desigualdade econômico-social, imbuído de valores sociais que enfatizam o empoderamento econômico-social das pessoas pobres, e ofertado, em grande parte, por organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, que simbolizam um comprometimento com a transformação social, preocupação com o próximo e com as populações menos favorecidas.

A partir da década de 90, o ambiente em que as organizações de microcrédito estão inseridas tem se transformando, influenciando todo o setor de microfinanças/microcrédito e conduzindo-o a um redirecionamento de alguns valores, objetivos e práticas. As organizações de microcrédito, inclusive aquelas não privadas e sem fins lucrativos, estão focando, cada vez mais, princípios de racionalização que incluem redução de custos, aumento de escalas operacionais, busca de eficiência e sustentabilidade operacional e financeira. Essas transformações evidenciam a presença de uma nova lógica embasando a prática e as ações no microcrédito, qual seja, a lógica racional do mercado, que parece estar sendo amplamente valorizada. Essa lógica instrumental leva as organizações de microcrédito a se tornarem cada vez mais voltadas para resultados e com estruturas cada vez mais próximas a organizações burocráticas comerciais que têm o lucro como único e principal objetivo. Prova disso, é que essa nova postura das organizações de microcrédito tem atraído cada vez mais bancos e outras instituições comerciais que começam a visualizar o potencial de lucro desse segmento de mercado.

Se por um lado as organizações de microcrédito, de uma maneira geral, têm adotado práticas e assumido uma postura cada vez consoante com a corrente teórica institucionalista, que preza a busca da sustentabilidade e eficiência, por outro lado,

evidências apontam, principalmente no cenário internacional, que ao se impregnarem por valores mais estratégicos e racionais as instituições se desviam de sua missão originariamente social. A ênfase em sustentabilidade e eficiência, preconizada como o caminho para expandir o microcrédito e aumentar sua penetração entre os mais pobres, pode levar a efeitos contrários à medida que para se tornarem financeiramente sustentáveis, as instituições tendem a se afastar de clientes mais vulneráveis.

Deste modo, alguns trabalhos da literatura sobre o tema indicam a existência de um conflito ou trade-off entre o objetivo social do microcrédito de alcançar as pessoas pobres em seus empréstimos e serviços e a ênfase em resultados e sustentabilidade com vistas a assegurar a viabilidade financeira. Assim, pode-se dizer que há evidências apontando para a confirmação da tese welfarista de que a ênfase excessiva em resultados predominará sobre o objetivo social de redução da pobreza caso esses dois objetivos sejam mantidos concomitantemente (Woller et al, 1999).

É importante esclarecer que, absolutamente, isso não significa que sustentabilidade, eficiência e ênfase em resultados sejam entendidos nesse trabalho como princípios ou práticas errôneas ou desnecessárias. Pelo contrário, acredita-se que as organizações de microcrédito carecem realmente de posturas de gestão que lhes confirmem resultados financeiros favoráveis. A viabilidade financeira é necessária e valorizada desde que ela não prejudique e não afaste as instituições de seu objetivo social, que constitui sua missão primária e razão da existência do setor.

Cabe mencionar a situação do Brasil no que se refere aos aspectos questionados nesse trabalho. A literatura aponta que, de modo geral, o Brasil possui um setor de microcrédito muito pouco desenvolvido e que não pode ainda ser enaltecido por cumprir o objetivo de combate à pobreza. A exemplo do que ocorre em nível internacional, há indícios de que gestores e acadêmicos atribuem grande importância ao alcance da sustentabilidade pelas instituições, utilizando também o argumento institucionalista de que apenas organizações auto-sustentáveis terão condições de realmente promover impactos na pobreza, concedendo empréstimos que atinjam um maior número de pessoas e mais altos níveis de pobreza. No entanto, poucas são as instituições de microcrédito que conseguem alcançar níveis de escalas operacionais suficientes para se tornarem auto-sustentáveis.

E por fim, embora o setor brasileiro aparentemente também esteja sendo regido por uma lógica de mercado cada vez mais racional e comercial, considera-se complicado mencionar a existência ou não de conflito entre objetivos sociais e as demandas por resultados financeiros nas instituições brasileiras, uma vez que os trabalhos existentes sobre o assunto são escassos e as poucas evidências são, em alguns casos, inconclusivas em relação a esse dilema.

## 7. Referências Bibliográficas

ALVES, M. A. Organizações do terceiro setor e sua(s) racionalidade(s). In: ENANPAD, XXVI, 2002. Salvador (BA). *Anais...* Salvador: ANPAD, 2002.

ALVES, S.; SOARES, M. **Democratização do Crédito no Brasil – Atuação do Banco Central**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/htms/public>> Acesso em: 15/11/2008

AMARAL, C. **Microfinanças e Produção Sustentável nos Ambientes Costeiro e Marinho no Brasil: Possibilidades e Desafios**. Ministério do Trabalho e Emprego. 2005.

BARONE, F.; LIMA, P.; DANTAS, V.; REZENDE, V. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 15/11/2008

BHAT, N.; TANG, S-Y. Making Microcredit Working in the United States: Social, Financial and Administrative Dimension. **Economic Development Quarterly**, v.15, n.3, p.229-24, 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005**. Institui o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 15/11/2008

BRITO, M. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado: Avaliação, Perspectivas e Desafios**. In: VII Seminário do Banco Central sobre Microfinanças. 2008.

CARNEIRO, M.; MATIAS, A.; CAMARGO, S.; ORTOLAN, V.. O Cálculo do Ponto de Equilíbrio Econômico como Ferramenta de Planejamento e Controle Financeiro em Organizações de Microcrédito: um estudo de caso na Crescer – Crédito Solidário. In: ENANPAD, XXVIII, 2004. Curitiba (PR). **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004.

CHRISTEN, R.P., **Commercialization and mission drift: The transformation of microfinance in Latin America**, Occasional paper No. 5, Washington DC: CGAP, 2001.

COELHO, F. C. **Duas Faces da mesma Moeda: alcance e Limites das Microfinanças na Luta contra a Pobreza**. 2006. 77f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Teoria Econômica, Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CONNING, J. Outreach, sustainability and leverage in microlending: a contract design approach. **Journal of Development Economics**, v.60, n.1, p.51-77, 1999.

COSTA, L. M. **O microcrédito e a geração de emprego e renda no norte de minas: ênfase ao Crediamigo do Banco do Nordeste**. 2001. 126f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001

CULL, R.; DEMIRGUC-KUNT, A.; MORDUCH, J. Financial performance and outreach: A global analysis of lending microbanks. **Economic Journal**, v.117, n.2, p.107-133, 2007.

DELLAGNELO, E.L.; MACHADO-DA-SILVA, C.L. Literatura sobre novas formas organizacionais: onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático das organizações. In: ENANPAD, XXIV, 2000. Florianópolis (SC). **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2000.

DICHTER, Thomas. **Hype and Hope: The Worrisome State of the Microcredit Movement**. The Microfinance Gateway. 2006. Disponível em: [www.microfinancegateway.org](http://www.microfinancegateway.org). Acesso em: 15/11/2008

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos estudos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**. v.45, n.2, 2005.

DINIZ, J. H.; MATTOS, P.L. Organizações não governamentais e gestão estratégica: desfiguração de seu caráter institucional original? In: ENANPAD, XXVI, 2002. Salvador (BA). **Anais...** Salvador: ANPAD, 2002.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Microscope on the Microfinance Business Environment in Latin America 2007**. Inter-American Development Bank and Corporacion Andina de Fomento. 2007.

ELAHI, K; DANOPOULOS, C. Microcredit and the Third World: perspectives from moral and political philosophy. **International Journal of Social Economics**, v.31, n.7. 2004.

FACHINI, C. **Sustentabilidade Financeira e Custos de Transação em uma Organização de Microcrédito no Brasil**. 2005. 131f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba (SP), 2005.

FARRANHA, Ana Cláudia. **Novas e velhas elaborações: Anotações sobre o microcrédito no Brasil**. In: 3o. Congresso Latino- Americano de Ciência Política, Campinas. 2006.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

GIBBONS, D.; MEEHAN, J. The Microcredit Summit's Challenge: Working toward Institutional Financial Self-Sufficiency while Maintaining a Commitment to Serving the Poorest Families. **Journal of Microfinance**, v.1, n.1. Fall 1999.

GOLDMARK, L., POCKROSS, S.; VECHINA, D. **A situação das microfinanças no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

GRAMEEN BANK. **What is Microcredit**. Site corporativo. 2008. Disponível em: [www.grameen-info.org/mcredit](http://www.grameen-info.org/mcredit) . Acesso em: 15/11/2008

HERMES, N.; LENSINK, R.; MEESTERS, A. **Outreach and Efficiency of Microfinance Institutions**. 2008. Disponível em < <http://ssrn.com/abstract=1143925>> Acesso em 15/11/2008.

JOHNSON, M.; AKELLA, U.; LALENDE. The Impact of Outcome-based Assessment on Microenterprise Programs. **Journal of Microfinance**, v.1, n.1, p. 44-65, 1999.

KABEER, Khalid. **Innovations in Reducing Costs and Enhancing Productivity: Field Treasury Systems**. In: MEETING OF THE MICROCREDIT SUMMIT CAMPAIGN, 2006, Nova Scotia. Proceedings...Nova Scotia: Microcredit Summit Campaign, 2006. Disponível em [www.microcreditsummit.org](http://www.microcreditsummit.org).

KARNANI, A. **Microfinance Misses its Mark**. Stanford Social Innovation Review, September 2007, Summer 2007. Disponível em: [www.ssireview.org](http://www.ssireview.org)

KHAN, A. **Managing Environmental Turbulence in the Microfinance sector - a Case Study of the Aga Khan rural Support Programme in Pakistan**, PhD thesis, School of Accounting and Finance, University of Wollongong, 2008.

LAUDE, A. **Funding para as Microfinanças – Fontes Internacionais**. In: VII Seminário do Banco Central sobre Microfinanças. 2008.

MAZZUTTI, C.C. **Microfinanças no Brasil: Afinal, Existe um Trade-off entre o Foco na Pobreza e a Sustentabilidade Financeira?** 2005.191f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MEDEIROS, P.H.R. Do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático: reflexões sobre a burocracia estatal. In: ENEO, III, 2004. Atibaia (SP). **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2004.

MICROCREDIT SUMMIT. **The Microcredit Summit Declaration and Plan of Action.** 1997. Disponível em: [www.microcreditsummit.org](http://www.microcreditsummit.org) . Acesso em: 15/11/2008

MORDUCH, J. **Can the poor afford microcredit?** Financial Access Initiative. Framing Note nº 4. June. 2008. Disponível em: [www.financialaccess.org](http://www.financialaccess.org). Acesso em 15/11/2008

MORDUCH, J. The microfinance promise. **Journal of Economic Literature**, v. 37. n.4. p.1569-1614,1999.

MORDUCH, J. The microfinance schism. **World Development**, v.28, n.4, p. 617-629, 2000.

MORENO, E. **Tendências do mercado de Microfinanças.** In: O Desafio do Microcrédito Produtivo e Orientado. Seminário BNDES. 2007

NAVAJAS, Sergio; SCHREINER, Mark; MEYER, Richard; GONZALEZ-VEGA, Claudio; RODRIGUEZ-MEZA, Jorge.. Microcredit and the Poorest of the Poor: Theory and evidence from Bolivia. **World Development**. v.28, n.2, p. 333-346, 2000.

NERI, M. **Microcrédito, o Mistério Nordeste e o Grameen Brasileiro.** Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS. 2008.

NICHTER, S.; GOLDMARK, L.; FIORI, A. **Entendendo as Microfinanças no Contexto Brasileiro.** PDI/BNDES, 2002.

OLIVARES-POLANCO, F. Commercializing microfinance and deepening outreach? Empirical evidence from Latin America, **Journal of Microfinance**, v.7, p. 47-69,2005.

PARENTE, S. **Microfinanças: saiba o que é um banco do povo.** Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

PEREIRA, A. C. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado: Descrição, Resultados e Perspectivas.** In: VI Seminário do Banco Central sobre Microfinanças. 2007

PEREIRA, F. B.; CROCCO, M. A. Metas Sociais de Programas de Microcrédito Financeiramente Viáveis. **Análise Econômica**, v. 22, n. 42, p. 149-183, 2004.

ROBINSON, M. **The Microfinance Revolution: Sustainable Finance for the Poor.** Washington, D.C.: The World Bank, 2001.

SECURATO, J. R. **Crédito: Análise e Avaliação do Risco: Pessoas Físicas e Jurídicas.** São Paulo: Saint Paul, 2002

SHETTY, N. Microfinance for Micro Enterprise Development: An Inquiry for a New Paradigm. **Journal of Financial Economics**, v. 6, n.1, 2008.

SILVA, J. P. **Gestão e Análise do Risco de Crédito.** São Paulo: Atlas, 1998.

SOARES, M.; MELO SOBRINHO, A. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito.** 2. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e Ideologia.** São Paulo: Ática, 1992.

VENTURA, E. C. **A evolução do Crédito da antiguidade aos dias atuais.** Curitiba: Juruá, 2000.

WOLLER, G.; DUNFORD, C.; WOODWORTH, W. Where to microfinance? **International Journal of Economic Development**, v.1, n.1, p. 29-64, 1999.

YUNUS, M. **O Banqueiro dos Pobres.** 1ª ed. São Paulo, Editora Ática, 2002.

ZOUAIN, D. M.; BARONE, F. M. Small business através do panóptico - Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. **Revista de Administração Pública**, v.41, n.4. p.369-380, 2007.